

O ESTADO COMO AGENTE REGULADOR E PROVEDOR DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Mércia Dark Bastos da Silva¹

Ludimilla Stefanie Alves da Silva²

INTRODUÇÃO

O Brasil vem de um berço de dominação dos mais poderosos sobre os mais fracos, um dos países mais ricos em diversidade de povos e culturas possui uma trajetória de avanços tardios que carregam grandes desigualdades sociais e gera consequências para a Educação, a qual foi planejada para os mais ricos o que serve de impedimento até hoje para o desenvolvimento social e inclusão das minorias.

Após diversos conflitos entre a classe trabalhadora e a ascensão destes é que a educação foi disponibilizada mesmo que ainda com grande dificuldade. Contudo, existia um pensamento de que os filhos destes trabalhadores continuassem apenas como mão de obra barata, sem o incentivo para o estudo e o pouco caso para ingressarem no ensino superior.

É com base nessas discussões que busca-se com a atuação do Estado mudanças na estrutura da política, educação e mercado de trabalho. Diante disto, este artigo tem a intenção de descrever a relação entre Estado e educação no Brasil, com o objetivo de analisar e identificar essa relação.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Com a finalidade de obter informações sobre os assuntos abordados neste artigo, foi realizada pesquisa bibliográfica tendo como base teóricos que apresentam significativa importância na construção dos conceitos discutidos. De acordo com Gil (2002, p. 45) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”

¹ Pós-Graduanda do Curso de Especialização em Educação e Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, merciadbastos@gmail.com;

² Pós-Graduanda do Curso de Especialização em Educação e Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, ludimillastefanie@gmail.com.

Utilizando como apoio material teórico sobre o assunto de interesse como livros, artigos acadêmicos, sites de internet o que compreende a identificação, localização e fichamento de informação, para que possa ser feito levantamento e comparação de informações para facilitar o entendimento do leitor e possível utilização em pesquisas futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO

O início da educação do Brasil foi marcado por mudanças a passos lentos, desde o período colonial com a catequização de índios pelos jesuítas, e a limitação da educação apenas para homens brancos e de famílias abastadas onde contratavam professores ou enviavam seus filhos para estudar fora, até a Constituição de 1824 onde seria por direito a “Instrução primária gratuita a todos os cidadãos”.

Com a reforma de Leôncio de Carvalho passa a ser “obrigatório o ensino dos 07 aos 14 anos e eliminava a proibição de escravos frequentassem escolas públicas” (GONÇALVES, 2000), o que acarretou mudanças e avanços na educação com a implantação das Escolas Normais com a finalidade de preparar professores.

Apartir da Constituição de 1891 passa a ser responsabilidade da União prover “a instrução secundária no Distrito Federal” ficando a cargo dos Municípios a responsabilidade pelas demais ofertas de ensino, contudo ainda com algumas restrições para o ensino público onde deveria ser leigo conforme parágrafo 6º do art. 72 da Constituição de 1891.

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, o Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O Estado é tido como regulador da educação de sua forma, planos e políticas, garantindo educação pública e gratuita principalmente para atender a necessidade e direito da população mais pobres através da criação de escolas de nível fundamental, médio e superior. Sendo a educação um direito constitucional garantido a todos os brasileiros ficando a cargo do Estado a promoção desse direito sem distinção.

Ao longo dos anos o Estado passou por diversas tentativas de sucateamento e desmonte de seus serviços ofertados para a sociedade pelo mercado, o qual impõe

suas condições de escolaridade e ensino para que apenas uma parte da população possa ter acesso a educação e uma outra parcela fique a mercê da superficialidade e conteúdos apenas para a construção do mercado de trabalho.

Cunha (2007) afirma que o regime militar, período em que o Brasil esteve sob o controle das Forças Armadas Nacionais (1964 - 1985), favoreceu enormemente a iniciativa privada no campo educacional. Desde o “milagre econômico” a ampliação das camadas médias propiciou uma clientela de escola privada não apenas como status prestigioso, mas, também, como alternativa para ensino público que se deteriorava a cada ano, justamente por forças das políticas públicas elaboradas por empresários de ensino e seus prepostos.

Ou seja, os empresários conseguiram o apoio do governo e transformaram o sistema de educação preocupados apenas em obter lucros e favorecer a iniciativa privada, o que aumentou a possibilidade de acúmulo de capital e fez com que houvesse um distanciamento da educação com a sociedade o que trouxe a dualidade educacional, escola boa e rica para as elites e escolas pobres destinadas à formação profissional.

O que tornou a educação um sistema tecnocrático sem a preocupação de oferecer conhecimento teórico, mas que para uma classe o aprendizado fosse com a prática de seus trabalhos o que favorecia por fim o mercado de trabalho, mas limitava o debate e o pensamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante destacar a importância da pesquisa bibliográfica e a coleta de informações por meio de livros e artigos sobre o desenvolvimento da educação no Brasil, para que se possa ter uma visão sistemática e entender como o Estado tornou-se responsável pela promoção da educação gratuita para todos os brasileiros.

Conforme Cunha (2000) “os trabalhadores urbanos e os colonos estrangeiros, por sua vez, viam na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances destes alcançarem melhores condições de vida”, o que acarretou resistência da burguesia, pois acreditou-se que a qualidade de ensino cairia devido a busca de se obter um diploma superior, independente de qual fosse.

Apesar ainda dos problemas enfrentados por influência da política e da burguesia, o sucateamento da educação e os avanços lentos, foi através das lutas dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida para si e seus filhos, que a educação conseguiu evoluir e abranger as classes menos favorecidas.

Portanto cabe ao Estado a promoção da educação e fiscalização das instituições de ensino, para que todo e qualquer cidadão possa receber educação de qualidade, e desta forma contribuir com a modernização e desenvolvimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observa, a evolução da educação do Brasil ainda está em pleno desenvolvimento com um caminho repleto de entraves. É importante se inteirar de sua história e conflitos ao longo dos anos com o pensamento que não chegou-se em um sistema que envolva a todos sem exceções.

O Estado sofre com a limitação de suas atividades e controle, deixando assim as questões sociais insuficientes para atender a demanda das classes de baixa renda. A medida com que vem sendo utilizado pela burguesia negligencia uma de suas principais funções que é assegurar a formação escolar da força de trabalho potencial ou ativa para satisfazer as necessidades do mercado.

A burguesia busca se beneficiar na defesa da acumulação de capital na mão de uma elite que controla os aparelhos do Estado, os avanços alcançados ao longo dos anos deu-se principalmente através dos movimentos operários e organização de trabalhadores em busca de melhores condições educacionais para si e seus filhos, pois é por meio dele que podem alcançar melhores condições de vida, melhores trabalhos e cargos.

Faz-se necessário que o governo tenha uma visão especial para a educação e fazer com que diminua essa lacuna entre classes, pois só assim será possível o desenvolvimento no país, sendo a educação decisiva para o uso correto de novas tecnologias e para o aumento da produtividade, promover inclusão e melhoria das comunicações.

Portanto o Estado como agente regulador e promovedor de educação, deve estar atento a todo e qualquer desequilíbrio nas suas ações e de terceiros, principalmente em se tratando de empresas privadas que oferecem cursos, para que seja garantido educação

de qualidade a todos, e desta forma garantir o desenvolvimento dos estados e da União, principalmente no novo momento em que estamos vivendo com o uso de novas tecnologias digitais e o ensino remoto.

Palavras-chave: Estado, Educação, Brasil, Burguesia, Classes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1824). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>.

BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Educação no Brasil**. LOPES, E.M.T; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Orgs). 500 anos de educação no Brasil. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DEO, A. **Uma transição ao longo do tempo: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil**. In: PINHEIRO, M. **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boi Tempo, 2014. p. 303-330.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Agêneses do decreto N. 5.154/2004** um debate no contexto controverso da democracia restrita. 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Negros e educação no Brasil**. LOPES, E.M.T; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Orgs). 500 anos de educação no Brasil. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GUIMARÃES, C.S. **A educação no Brasil após a redemocratização (1985-2002)**. Revista Fundamentos, Piauí, 2015.

KUENZER, A.Z. **Trabalho escola: aprendizagem flexibilizada**. XI ANPEDSUL, Curitiba, 2016.

MOURA, D.H. **Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?** São Paulo, 2013.



MORAES, J. **A natureza do Estado brasileiro**. In. PINHEIRO, M. **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boi Tempo, 2014. p. 61-103.

OSORIO, J. **O Estado no Centro da Mundialização. A sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p.205-225.

ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E.; NEVES, F. M. **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. EDUEM, Maringá, 2009.

SAVIANI, D. **História da história da educação no Brasil: um balanço prévio necessário**. EccoS Revista Científica, vol. 10, São Paulo, 2008.

SILVA, L. P. **Formação Profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem em Industrial - SENAI**. Montes Claros, 2010